

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 523.878 - PR (2019/0220544-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : VANDRO MARCIO TABORDA ROCHA
ADVOGADO : VANDRO MARCIO TABORDA ROCHA - PR013784
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : LUCAS RODRIGUES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

LUCAS RODRIGUES DA SILVA alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no Habeas Corpus n. 30203-60.2019.8.16.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado pela prática de ameaça e tentativa de homicídio – arts. 121, § 2º, I e IV, e 147, ambos do Código Penal (fls. 33-45).

Ao receber a inicial acusatória, o Juízo de primeira instância decretou a prisão preventiva do acusado, conforme requerido pelo *Parquet* estadual (fls. 46-47).

Inconformada, a defesa impetrou prévio habeas corpus perante a Corte local, que denegou a ordem (fls. 200-203).

Neste *writ*, o impetrante apontou a ocorrência de constrangimento ilegal pela decretação da custódia cautelar do acusado.

Sustentou a **ausência de fundamentação idônea para a prisão**, sobretudo pelo fato de o réu ser primário e menor de 21 anos, o que demonstraria a ausência de periculosidade concreta.

Requeru a **revogação da prisão preventiva ou a substituição por uma das medidas cautelares** diversas.

Indeferida a liminar (fls. 208-210) e prestadas as informações (fls. 210-220), foram os autos enviados ao Ministério Público Federal, que oficiou pela prejudicialidade do *writ* (fls. 224-227).

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Não obstante os esforços perpetrados pelo impetrante, **constato a prejudicialidade deste habeas corpus.**

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal *a quo*, o gabinete verificou que **o Juiz de primeiro grau, em 28/10/2019, proferiu decisão concedendo a liberdade provisória ao paciente.** Atualmente, a ação penal encontra-se em fase de instrução criminal.

A superveniência de decisão de primeira instância, na qual o Juiz natural da causa concede ao réu a liberdade provisória, torna prejudicada a discussão sobre a ausência de fundamentos para a prisão preventiva.

À vista do exposto, julgo **prejudicado o habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**